

INCIDENTES DE MACAU

RELATÓRIO DO

2º COMANDANTE DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Major António Vaz Antunes

SUMÁRIO

- 1 - Os incidentes da Taipa – 15 de Novembro de 1966
- 2 - A campanha de subversão – 16 de Novembro a 3 de Dezembro
- 3 - Os incidentes de Macau – 3 e 4 de Dezembro
- 4 - A pressão psicológica – 5 a 13 de Dezembro
- 5 - Considerandos marginais
- 6 – Conclusões

1 – O INCIDENTE DA TAIPA – 15 de Novembro de 1966

A descrição deste incidente consta do Relatório que apresentei no Comando da PSP em 16 de Novembro e ainda mais pormenorizadamente do Inquérito em que fui ouvido no dia 5 de Dezembro em Macau.

11 – No dia 15 de Novembro de 1966 desembarquei na Taipa cerca das 9 horas para uma visita rotineira de trabalho no Centro de Recuperação Social (CRS) de que era director por inerência.

No decorrer da visita a um dos anexos exteriores ao edifício principal, o Chefe da Esquadra da Taipa informou-me de que tinha sido solicitada, pelo senhor Administrador, a intervenção da PSP para fazer cumprir o embargo de uma obra na vila, do que já tinha dado conhecimento ao Comando, pelo telefone. Não fiz objecções porquanto se tratava dum assunto decorrente do Serviço de Segurança Pública já posto ao facto, e o Chefe também não mostrou quaisquer dúvidas quanto ao procedimento a adoptar por o mesmo ser constante de determinações claras e de conhecimento prático.

Pouco depois dirigi-me ao edifício principal do CRS e, no meu gabinete como de costume, comecei o despacho do expediente que me foi apresentado pelo Chefe Osório, na altura adjunto administrativo.

Cerca das 10 horas ouviu-se um alarido na parada do Centro, e o Chefe Osório saiu imediatamente para ver de que se tratava. Eu, na suposição de que era qualquer manifestação dos internados, continuei o despacho. Porém, como o Chefe não regressasse logo, saí também e, mal chego à parada, vejo um numeroso grupo de homens, com umas mulheres à frente, em alta vozearia e gestos de ameaça. Seriam cerca de 100 pessoas. Tinham ultrapassado o único guarda de sentinela, à entrada, e tentavam continuar a invasão das dependências, no que começavam agora a ser impedidos pelo pessoal que ali estava disponível: um chefe, um subchefe, um guarda condutor, um civil chefe da secretaria e três internados. Todos desarmados e trajando civilmente.

Antes mesmo de me inteirar do que pretendiam, mandei energicamente que se retirassem para lá da entrada do CRS. Perante a insistência e firmeza da minha ordem e persuasão do pessoal acima referido, que servia de intérprete, retiraram-se.

Logo que tal se verificou mandei, acto contínuo, o subchefe Issuf contactar com os homens e dizer-lhes que aceitava receber dois ou três representantes para

exporem o seu problema que, entretanto, soube estar relacionado com o embargo da construção duma escola da associação comunista local e a intervenção da Polícia para fazer cumprir esse embargo que eles não queriam acatar. Em contraproposta mandaram dizer que viriam dois falar comigo mas todos os outros os acompanhariam até à porta do gabinete. Não aceitei, por não achar consentâneo com o prestígio da Instituição nem da autoridade e fiz-lhes de novo saber que receberia um grupo de representantes mas só esse poderia entrar no Centro e portanto mais ninguém seria autorizado a passar a sentinela.

Recusaram aceitar e dispersaram.

Entretanto, pelo telefone, pus o meu Comandante ao corrente da situação. Respondeu-me que já tinha conhecimento do embargo e da solicitação feita à Esquadra e que, em face dos efectivos desta serem reduzidos, iria mandar um oficial e reforços ao mesmo tempo que tentaria falar em Macau com representantes válidos da comunidade chinesa de facção comunista para que estes contactassem com a Taipa e sanassem o problema. Comunicou-me mais tarde que CHUI TAK KEI, vereador do Leal Senado e vice presidente da Associação Comercial (comunista), estava já em ligação com a Associação da Taipa.

Cerca das 11 horas informei de novo o meu Comandante de que as ordens da Polícia tinham sido já acatadas, os trabalhos haviam parado, e por conseguinte os reforços não eram necessários. Respondeu-me que os mesmos já tinham embarcado pelo que ordenei imediatamente à Esquadra (que se situa junto à ponte e afastada mais de um quilómetro da povoação) para que recolhesse nas suas dependências os reforços que iriam chegar de Macau e que apenas o Sr. Tenente Alua, que os comandava, subiria ao CRS.

Como entretanto se fizessem horas, fomos almoçar já com o Sr. Tenente Alua e, como de costume, com todo o pessoal mais graduado do CRS, entre eles o chefe da Esquadra da Taipa, que lá desempenha funções por acumulação.

12 – No final do almoço, depois das 13.30, um agente veio informar que os trabalhos proibidos haviam recomeçado. Contactei telefonicamente com o Administrador que me informou de que não havia nenhuma alteração e que se mantinha a proibição. O chefe da Esquadra, Drumont, saiu imediatamente e convocou os agentes da Esquadra para o local. Pouco depois regressava para me informar pessoalmente de que o piquete da Polícia tinha sido recebido pelo pessoal amotinado que estava no local da obra e suas imediações em termos de violência, com paus, pedras, tijolos, garrafas, etc. Ele próprio tinha a farda

rota, um braço arranhado e o sinal nítido de ter sido alvejado com um tijolo num ombro. Declarou que alguns agentes estavam feridos e que em face do número e da agressividade dos desordeiros não era possível fazer cumprir a ordem com os meios de que dispunha.

Fiz imediatamente deslocar para o local os senhores tenentes Alua e Pires Afonso (que havia chegado entretanto para substituir o primeiro), um e outro desarmados, juntamente com o subchefe Issuf para servir de intérprete. Entrei logo em contacto telefónico com o Comandante a quem expus a situação. Determinou-me que iria enviar novo reforço de efectivo semelhante e que fizesse parar o trabalho e restabelecesse a ordem. Respondi que teria que aguardar a chegada dos reforços para a eventualidade de intervenção pela força, mas que entretanto iria tentá-lo pela persuasão.

13 – Desci então ao local do incidente para averiguar melhor. Logo que lá cheguei deparei com um jornalista do MUN que, por intermédio do intérprete, me apresentou um companheiro que disse ser também jornalista e que ambos tinham ido casualmente (...) à Taipa em passeio. Solicitei-lhes que se afastassem do local porque os manifestantes tinham arremessado à Polícia pedras, tijolos e garrafas, como eles podiam verificar pelo chão pejado de tais objectos. O segundo declarou que sabia o que havia de fazer e a seguir, grosseiramente, acrescentou que não precisava de nenhuma colaboração minha. Mais tarde este mesmo indivíduo mostrar-se-ia relapso às ordens da Polícia incitando os manifestantes. Por isso veio a ser detido no final, para identificação apenas, tendo-se nessa altura constatado que não era portador de qualquer documento que o creditasse como jornalista.

Enquanto decorria a minha conversa com os jornalistas, os amotinados estavam em gritaria para lá do andaime, ilegalmente construído já, ao mesmo tempo que algumas raparigas iam amontoando pedras junto aos homens. Entretanto os senhores tenentes Alua e Pires Afonso, o chefe Osório e o subchefe Issuf tentavam persuadir os homens que estavam à frente, e parece que seriam dirigentes, de que teriam de acatar as ordens da Polícia ou obter autorização para fazerem os trabalhos. De quando em vez parecia que a excitação amainava, mas era então que surgia no meio dos manifestantes o pseudo jornalista com modos de incitação.

14 – Cerca das 15.30 resolveram finalmente destacar seis representantes para falarem com o Administrador. Nessa altura tinha eu subido ao Centro para dar notícias ao meu Comandante e explicar-lhe que os esforços de persuasão

estavam sendo ineficientes mas que teimaria ainda por mais algum tempo. Repetiu-me as instruções anteriores de que era preciso fazer parar o trabalho. Entretanto recebo uma comunicação telefónica do Administrador, logo de seguida confirmada por escrito, solicitando a detenção dos representantes dos amotinados, que estavam no edifício da Câmara e a quem ele dera ordem de prisão por desrespeito e insubordinação.

Atendi o pedido e fiz imediatamente seguir para Macau os presos acompanhados da documentação necessária.

Soube no dia seguinte que, do Comando da PSP, tinham sido imediatamente enviados para a Polícia Judiciária onde vieram a ser julgados no dia 16 ou 17 – um condenado em 20 dias de prisão com pena suspensa por dois anos e os restantes absolvidos (...).

15 – Regressado ao local do incidente verifiquei que a situação se não alterara: a mesma agitação, a mesma tentativa paciente e persistente de persuasão, um operário já a colocar olas no tapume e o piquete de polícia recolhido nas imediações aguardando ordens.

Fiz saber que os representantes tinham sido presos e que portanto nada tinham que aguardar ali instruções deles. Logo que confirmaram o que lhes mandei dizer mostraram-se perturbados, mas, tendo reunido no interior do edifício alguns deles, decidiram fazer continuar os trabalhos e manterem-se ali em demonstração.

Eram 16 horas quando mandei prevenir de que tinham apenas mais meia hora para se decidirem a acatar as ordens da autoridade; findo este prazo a polícia fá-las-ia cumprir pela força. Em resposta as mulheres reuniram-se e começaram a entoar canções do tipo marcial, ao mesmo tempo que os homens se armavam ostensivamente de paus e ferros e aumentavam o ritmo de transporte de objectos de arremesso.

Dei ordem para que o público que se juntara à volta se afastasse, no que fui pronta e cortesmente obedecido. Do mesmo modo mandei fechar as janelas dos prédios vizinhos e que se retirassem as pessoas dos terraços. O acatamento foi semelhante. Somente o pseudo-jornalista tentou, de novo, passar a "zona de ninguém" virtualmente criada para voltar a contactar os amotinados, no que teve de ser impedido em termos enérgicos.

Chegadas as 16.30, e perante a negativa de acatamento da ordem, mandei que a força de polícia desalojasse os amotinados do edifício e afastasse os operários.

Os ocupantes esboçaram a resistência, agrediram alguns agentes, mas perante a surpresa da entrada dum grupo pela retaguarda, debandaram desordenadamente tendo muitos deles esbarrado contra o andaime, na precipitação da fuga.

Os únicos meios que a polícia utilizou foram cassetetes de borracha e escudos de rota. Passados 4 minutos o edifício estava deserto e os manifestantes dispersos, à excepção dum grupo de 14 que foram sendo detidos: entre estes de novo os jornalistas que voltaram a imiscuir-se e foram rebeldes às ordens dos agentes.

16 – De acordo com as instruções que recebi do meu Comandante estas detenções recaíram sobre aqueles que agrediram claramente os agentes ou foram mais tardios no dispersar, exactamente porque mais rebeldes. Destes, sete eram raparigas ou mulheres. Todos, dum modo geral, durante o curto interrogatório mostraram ter sido objecto de larga preparação de mentalidade recalcitrante à autoridade. Sobretudo as mulheres, dentre elas algumas professoras das escolas comunistas, afirmaram categoricamente a sua aversão à nossa presença. Os curtos depoimentos individuais constam do anexo ao Relatório que entreguei no dia 16 no Comando da PSP de Macau.

17 – Na acção de força realizada pela PSP às 16.30, foram recolhidos dois homens para receberem tratamento no hospital do CRS. Das mulheres acima citadas uma delas também apareceu com uma escoriação no sobrolho. Dos homens um tinha apenas escoriações; o outro apresentava uma ferida incisiva na cabeça de que, aliás, não resultou incapacidade para o trabalho. Do interrogatório que se fez ele não foi capaz de explicar donde resultou o ferimento. Dada a sua natureza não pode ter sido provocado pelo cassetete, mas foram baldados os esforços no sentido de determinar quem teria feito a agressão.

Aliás, cerca das 15.30 comunicou-me o meu Comandante de Macau que ali haviam chegado alguns feridos internados no hospital Kieng Wu e idos da Taipa. Até essa hora a polícia praticamente não tinha usado a força: tinha sido, sim, alvo dos manifestantes. Presumi, portanto, e mantenho, que os feridos que surgiram, incluindo o último que foi recebido e tratado no CRS, foram agredidos pelos próprios manifestantes quando alvejaram os poucos agentes da PSP com pedras, garrafas, tijolos e paus.

18 – Em determinada altura, e antes das 16.30, um civil chinês pediu ao chefe Osório para me comunicar que, se eu quisesse, ele poderia pôr à disposição da Polícia cerca de 300 homens. Esta oferta voltou a ser feita dias depois do incidente para a hipótese de repetição. Rejeitei terminantemente, muito embora o efectivo máximo de que pude dispor não tivesse ultrapassado os 40 homens.

2 – A CAMPANHA DE SUBVERSÃO – 16 de Novembro a 3 de Dezembro

21 – Nenhuma informação oficial foi publicada acerca dos acontecimentos atrás referidos. Também nenhum dos jornais de língua portuguesa se referiu ao facto – suponho que por oposição da censura. Apenas no dia 24 de Novembro o Comandante do Corpo da PSP convocou os jornais de Macau e os correspondentes de Hong Kong ali acreditados e a eles expôs então o que se havia passado. Os jornais publicaram nas suas edições imediatas a versão exacta do acontecido.

22 – Por outro lado os jornais de língua chinesa de Macau de feição comunista e os seus correligionários de Hong Kong (ingleses e chineses) desde o dia 16 que se referiram diariamente ao "caso sangrento da Taipa" em notícias de primeiro plano. Estas reportagens serviam depois de base às notícias radiodifundidas no estrangeiro. Destacava-se nesta actividade o jornal O MUN de Macau.

23 – Mais que simples e repetidas reportagens, foi montada uma máquina de agitação pública, por mim várias vezes denunciada, verbalmente, não só por motivos de agravos pessoais mas pelo que ela continha de perigoso para a dignidade das instituições, especialmente da PSP, e para a manutenção da ordem, que, se viesse a ser alterada, não poderia ser reposta, em minha previsão, senão com tiros.

Em linhas gerais o esquema da subversão desenvolvida foi o seguinte:

231 – Nos jornais, especialmente no O MUN:

- Referências diárias ao signatário e ao Administrador da Taipa acusando-os de fascistas, criminosos e assassinos.
- Campanha de martirização dos feridos acompanhada de várias fotografias tiradas no hospital.

- Repetição sistemática de exigências de indemnização.
- Acusação dos procedimentos dos "imperialistas portugueses" em África tendo o O MUN publicado por duas vezes várias falsas fotografias de actos de "selvajaria" atribuídos a soldados portugueses e praticados sobre populações pacíficas de Angola.
- Diariamente uma ou duas caricaturas evoluindo de modo tal que, tendo apresentado na primeira um agente da PSP desproporcionadamente forte a esmagar uns desproporcionadamente débeis habitantes da Taipa, foi progressivamente transferindo as desproporções de modo que no final figurava um braço forte dum civil que dependurava pela goia da camisa um tímido e minúsculo major Antunes perante uns timoratos e desprezíveis agentes da PSP.

232 – Sessões de propaganda em Macau:

- Além das sessões nas associações comunistas, sabia-se que nas escolas o caso era diariamente comentado.

233 – Demonstrações de grupos:

- Embora propriamente na Taipa não tivesse havido, depois do dia 15, mais nenhum incidente – pelo contrário os desordeiros deixaram de mostrar a arrogância que antes era seu costume e as suas reuniões passaram a ser mais discretas – quase todos os dias ali foram enviados grupos de Macau: das escolas, das fábricas, das inúmeras associações, etc. Visitavam o local do incidente, reuniam-se na sede da associação local e recolhiam em seguida a Macau. Algumas vezes fiz viagens com esses grupos no mesmo b arco de carreira, sem qualquer companhia ou protecção, e todavia nunca fui alvo de nenhuma inconveniência nem verifiquei durante a viagem qualquer espécie de manifestação, o que dá a entender que as sessões eram rigidamente programadas.
- A partir do dia 30 estas demonstrações de grupo deixaram de fazer-se na Taipa e passaram a ter lugar no próprio Palácio do Governo, tendo nas primeiras tomado parte estudantes equipados com uma brochura vermelha dos "pensamentos de Mao Tse Tung" que liam em coro.

3 – OS INCIDENTES DE MACAU (Cidade de Sto. Nome de DEUS)

31 – No dia 3 de Dezembro, cerca das 11 horas, o meu Comandante foi chamado com urgência ao Palácio do Governo, na Praia Grande. Antes de partir fez seguir para lá imediatamente um piquete de polícia.

O signatário estava no Comando e, pouco depois, pelo telefone, foi posto ao corrente de que o grupo manifestante que, à semelhança dos dias anteriores ali se tinha dirigido, se mostrara desordeiro e que se tornava necessário obrigá-lo a abandonar o palácio.

Acto contínuo começa a verificar-se um engrossamento da massa manifestante em frente do Palácio e o piquete de polícia, agora já reforçado, tem dificuldade em fazer dispersar. O carro de água da PSP, adequado a estes casos, também não obtém êxito.

Pouco depois sabe-se que os táxis, alguns arvorando uma bandeira branca com uma cruz encarnada, começam a tomar parte activa e a obrigar a para o tráfego na cidade. Entretanto os manifestantes, cada vez mais, subiram a Avenida da Praia Grande e dirigiram-se para o largo do Palácio das Repartições, nas traseiras do edifício do Comando da PSP.

Como medida de precaução destaquei, dos poucos agentes de que dispunha, alguns para as embocaduras das ruas de acesso ao Comando para evitar que a multidão convergisse para ali de surpresa.

32 – Por esses agentes destacados vim a saber que a multidão amotinada começava já a voltar alguns carros na via pública e a maltratar os europeus que surgiam. Destes, alguns começavam a chegar, feridos, ao edifício do Comando. Soube depois que o piquete da polícia em actuação no local era impotente para o que se passava, e que a estátua de Jorge Álvares começava a ser danificada.

Entrei em contacto telefónico com o meu Comandante para lhe relatar o que se passava, o que aliás já era do seu conhecimento. Solicitei autorização para intervir com alguns agentes armados com armas de fogo afin de impor a ordem, mas foi-me ordenado que esperasse.

33 – Mais tarde tenho conhecimento de que o Palácio das Repartições e o Leal Senado começavam a ser objecto de vandalismo. Voltei a solicitar autorização para utilizar armas de fogo, mas de novo me foi dito para esperar. Pouco depois surgem-me dois agentes da polícia que estavam na via pública em serviço normal e que foram feridos e desarmados pela população.

É curioso notar que esses agentes foram salvos de piores tratos e conduzidos à entrada da rua, segundo disseram, por elementos comunistas reconhecidos como possuidores de cargos de direcção nas associações respectivas.

34 – Voltei a solicitar autorização para armar um grupo de agentes mas ainda me foi recusada.

Imediatamente a seguir o grupo destacado para o fundo da Rua Central retira apressadamente sob a pressão da multidão desenfreada que agora avança a coberto dum camião de carga carregada de pedras e com alguns manifestantes em cima. É uma massa ululante que se dirige para o Comando da Polícia.

Nesta altura mandei dois agentes com pistolas metralhadoras para o centro da rua e como nem a camioneta nem os peões paravam, a uma distância de cerca de quinze metros mandei abrir fogo para o ar o que ainda não foi suficiente para a camioneta, que teve de ser alvejada para que recuasse sem governo por ter sido atingido o condutor.

A multidão retrocedeu desordenada e não mais apareceu sequer nas embocaduras das ruas de acesso ao Comando.

De notar que a imprensa facciosa de apoio à amotinação que tanto lamentou os seus mortos e os seus feridos nunca se referiu a esta acção.

35 – Dei imediato conhecimento do acontecido ao meu Comandante, que ainda estava no Palácio, e de novo pedi para agora continuar a perseguir os manifestantes. Retorquiu-me que ia ser proclamada a lei marcial e que se aguardava que fosse o Exército a proceder.

Os distúrbios continuaram, agora com os requintes de tudo destruir no Leal Senado e a estátua do Coronel Mesquita que arrancaram e arrastaram até à confluência com a Rua Central.

36 – Às 18 horas entrou em acção o Esquadrão de Reconhecimento que, apoiado por um pelotão da PSP, já armado, procedeu à dispersão da multidão amotinada no Largo do Leal Senado e na Rua Almeida Ribeiro. Para tanto ainda o Esquadrão teve que abrir fogo, pois quando as auto-metralhadoras procuraram afastar os manifestantes, estes tentaram assaltá-las.

Com a publicação da lei marcial determinou-se o recolher obrigatório e a convocação do Corpo de Voluntários.

O recolher foi acatado por grande maioria, ficando apenas os reduzidos grupos nas ruelas das imediações da Almeida Ribeiro, sobre os quais o pelotão da PSP, em combinação com o Esquadrão de Reconhecimento, exerceu caça, tendo

detido cerca de vinte indivíduos, alguns portadores de objectos de agressão: martelos, facas e limas afiadas.

Dum modo geral o Corpo de Voluntários correspondeu bem à chamada, foi armado na PSP, e com ele se constituíram grupos que guarneceram os edifícios públicos e os pontos sensíveis da cidade.

37 – Cerca da 23 horas o meu comandante regressou do Palácio, reuniu os Oficiais e disse trazer de S. Excelência o Governador a incumbência de apelar para o meu patriotismo e o pedido para compreender e aceitar bem a suspensão que iria ser anunciada em Nota Oficiosa. Declarei que não sobrepunha, de modo nenhum, os meus interesses pessoais, na emergência, aos da tranquilidade da Província, e, se esse era o preço, o aceitava. Aceitei também a proposta do comandante para continuar em funções internas enquanto durasse a situação que na altura se vivia.

No dia seguinte, Domingo, 4 de Dezembro, depois de levantado temporariamente o recolher, voltaram a juntar-se grupos de manifestantes na Rua Almeida Ribeiro que ainda obrigaram a abrir fogo para dispersar. Não houve porém mais distúrbios.

38 – Das vítimas nos incidentes apenas um foi recolhido pela PSP, e conduzido ao Hospital Central já morto. Os restantes foram levantados pelas ambulâncias do Hospital Kieng Wu. Os jornais chineses divulgaram que foram oito os mortos e cento e vinte os feridos.

39 – Nos dias seguintes não houve mais distúrbios. O período de recolher obrigatório foi sendo sucessivamente encurtado até que no dia 10 foi totalmente abolido.

Mantive-me no Comando até às 15 horas do dia 13, dia em que recebi instruções para sair nessa noite, de regresso à Metrópole, com o máximo de discrição. Assim fiz e embarquei às 4 horas do dia 14.

4 – A PRESSÃO PSICOLÓGICA – 5 a 13 de Dezembro

Tal como anteriormente continuou a ser nula a informação pública do nosso lado. Os jornais e as emissoras portuguesas limitavam-se a reproduzir as notas oficiais, simplesmente.

Todavia, do outro lado, montou-se uma máquina de pressão psicológica sobre os responsáveis do Governo e da segurança e sobre a população, servindo-se dos seguintes meios:

41 – Vigilância nas fronteiras

A China continental reforçou os efectivos das Portas do Cerco e procedeu à instalação de três peças de artilharia num arrozal das imediações bem à vista da cidade de Macau e bem contrariamente aos preceitos tácticos. Ao mesmo tempo elementos militares a partir do dia 5 circulavam com mais frequência na estrada que liga a ilha da Lapa ao Continente.

Além disso quatro embarcações de guerra, de tipo usado na vigilância das costas, manobravam permanentemente à entrada do canal de acesso aos portos de Macau.

Todavia, tanto quanto se podia observar do Posto Policial das Portas do Cerco, os efectivos fronteiriços davam indícios de atitude defensiva e os postos de sentinela, que foram dobrados e estão postados a curta distância dos nossos, nunca denunciaram hostilidade.

42 – A campanha dos jornais

Os jornais chineses de Macau e alguns de Hong Kong (destes principalmente o STAR) diariamente mantinham a acusação às autoridades portuguesas que brutalmente, diziam, tinham feito correr sangue chinês em Macau. Tratavam do assunto em termos de questão racial. Nunca falaram dos desmandos praticados pelos desordeiros. Insistiam em que o sangue só podia ser pago com sangue. Ameaçavam com os 700 milhões de chineses, com os comícios da "Guarda Vermelha", com o Exército chinês e, especialmente o STAR, fabricava fotografias de intimidação mostrando hipotéticos juncos armados e armadas chinesas prontas a promover desembarques em Macau.

43 – Os funerais da vítimas

No dia 14, quando saí de Macau, ainda os corpos estavam na morgue do hospital Kieng Wu. À volta dos funerais corriam muitas versões, a mais divulgada das quais dava a entender que viriam de Hong Kong dez mil correligionários para neles tomarem parte e promoverem demonstrações.

44 – As exigências

Tudo o que atrás disse acompanhava os textos das exigências apresentadas. Desconheço o órgão ou os órgãos que formulavam as exigências. Apareciam sob formas diferentes em jornais e emissoras. As últimas ameaçaram de intervenção da China caso houvesse de novo alteração da ordem em Macau. E como esta era função da aceitação dos pontos, parecia implicitamente lógico que a negativa correspondia à invasão.

Não tenho presentes os pontos apresentados, mas o que na altura mais me perturbou foi o da entrega de sete guerrilheiros nacionalistas, detidos desde 1963, na PSP. Uma fonte nacionalista já antes tinha solicitado que não cedêssemos neste ponto se ele viesse a ser apresentado. Simultaneamente apresentou um estudo de situação interessante com a afirmação categórica de que Pequim não estava interessada em intervir. Parecia-me que a entrega dos guerrilheiros podia provocar represálias dos nacionalistas e levar estes a fazer de novo de Macau uma base de sabotadores o que já se não verificava desde há dois anos. Além disso a moeda do negócio parecia-me desumana, pelo que o declarei logo.

Para a apresentação formal dos pontos de exigências constituiu-se na Associação Comercial de Macau uma comissão que os jornais anunciaram encabeçada por LEONG PUI, presidente da Associação Geral de Operários, seguido de HO YIN. Não sendo hábito, nos esquemas comunistas, considerar arbitrária a ordem das personagens, é de concluir que o primeiro ultrapassou o segundo. Nas fotografias publicadas a seguir pelos mesmos jornais, referentes a visitas aos feridos no hospital, de novo se respeita a ordem de prioridades: LEONG PUI, HO YIN, MA MAN KEI.

5 – CONSIDERANDOS MARGINAIS

51 – A Comunidade chinesa

Os 300.000 elementos da Comunidade chinesa, muito propensa ao jogo, parece que até aqui têm sido sempre muito influenciáveis pelo dinheiro. Este, como norma, resolvia todos os problemas que surgissem. Os seus mais destacados representantes são figuras do jogo e do comércio que, saindo das camadas mais baixas, sem qualquer espécie de cultura, à custa do jogo ou de expedientes, obtiveram fortunas imensas e ganharam posições de relevo.

Parece, no entanto, que surge agora um outro factor a tomar em conta, ou que, pelo menos, o dinheiro por si só não resolverá de imediato todos os problemas.

511 – Orgânica Política

Politicamente a comunidade divide-se em dois grandes grupos:

- Grupo comunista: Encabeçado por HO YIN e senhor de todo o comércio com o continente, é o grupo do dinheiro e da força. Alia a isto uma apertada organização das massas, através de centenas de associações e escolas. Realiza no entanto dentro de si um paradoxo:

- Dum lado dirigentes multimilionários fora portanto da linha do comunismo;
- Do outro uma enorme falange de dirigidos, criteriosa e sistematicamente trabalhada mental e psicologicamente pelos agentes formados no continente na pureza do comunismo, agora exacerbada pela revolução cultural e pela agitação reformadora da Guarda Vermelha.

- Grupo nacionalista: Muito numeroso, é certo, mas pobre e mais idealista, sem organização nem representação na Província. É vagamente accionado na Formosa, mas sempre em termos de suspeita de desvios dos poucos dinheiros por falta de máquina administrativa. Parece ser um conjunto de peças soltas que estima estar ligado a nós mas com os seus motivos de queixume pelas desconsiderações de que tem sido alvo, especialmente com a supressão da Delegação e limitação do seu programa de festas. Apesar disso ofereceram auxílio na Taipa e voltaram a oferece-lo em Macau no dia 4 de Dezembro.

Daqui resulta um muito marcado desequilíbrio político na comunidade chinesa com preponderância manifesta para o grupo comunista, que, por isso mesmo, dia a dia vai engrossando as suas fileiras à custa até dos recém refugiados.

521 – A posição de HO YIN.

O sistema de hierarquias paralelas, à medida que se vai concretizando na população comunista de Macau, vai limitando cada vez mais o poder do representante da comunidade chinesa. As convulsões e as depurações na China parece que o têm sobressaltado, porque antes de político ele é comerciante.

Aparecem uns sintomas da sua decadência, ou pelo menos dum ataque à sua posição de líder de Macau:

1º - O atentado de que foi alvo em 7 de Abril e que ele pretendia ser de origem nacionalista, nunca se provou como tal; ele próprio se furtou a contribuir com elementos para a descoberta dos autores, mas ficou, na altura, a convicção de que se tratava de chantagem. Os últimos acontecimentos, e as circunstâncias em que o atentado se verificou, levam agora a pensar numa causa de ordem política do próprio partido.

2º - Leong Pui ultrapassou-o durante os últimos acontecimentos. Trata-se, parece, da vitória dos homens que conduzem a massificação da população sobre os senhores do dinheiro.

3º - Os hábitos e a vida de Ho Yin não estão de acordo com as exigências da "Guarda Vermelha" e de pouco lhe terá valido o ter subido a ministro de Informação em Pequim um dos seus maiores amigos. Corria em Macau que recentemente teria sido obrigado a entregar às autoridades do país vizinho a importância de cem milhões de patacas.

4º - Na conjuntura dos acontecimentos de Macau parece que pretendeu aplicar um golpe de judo encabeçando o movimento para depois o dominar. Porém em nenhuma das tentativas teve êxito, nem mesmo quando quis afastar do Palácio as enfermeiras do Hospital Kieng Wu de que é director e financiador. Faltou às homenagens de recepção a Sua Exa. o Governador, no Leal Senado, onde devia usar da palavra, mas isso também não lhe terá aumentado o prestígio porque a lista de representantes para apresentação dos pontos relegou-o para o segundo lugar – posição que muito o humilha mas que... aceitou. A menos que haja uma farsa escondida, Ho Yin foi forçado a perder terreno.

5º - Já no princípio do ano, segundo me constou, Ho Yin ficou desagradavelmente surpreendido quando verificou que não foi capaz de resolver uma greve de táxis.

513 – A Sociedade de Jogos e Diversões de Macau.

Esta Sociedade tem uma larga influência na vida de Macau. Transformada em potentado financeiro, manejada por dois homens que vieram do nada mas muito inteligentes – Henry Fock e Stanley Ho – não é indiferente ao que se passa na Província onde muito tem investido. Daí ter-se logo apresentado com credenciais de ligação com fontes de Pequim em Hong Kong. Actuou sempre em termos confidenciais mas esteve certa na previsão das várias fases dos acontecimentos, e sugeriu soluções. Foi útil e clarividente.

Será apenas o interesse nos negócios que está em causa? Ou pretende fazer sair dali um substituto de Ho Yin, antevendo a sua queda?

De qualquer modo parece-me um campo a estudar. Até à data não se manifestou com tendências políticas, mas tem larga influência na vida de Macau e de Hong Kong, com ligações que, diz-se, chegam a Cantão e a Pequim.

52 – Administração Portuguesa

521 – Posição dos funcionários

Em Macau há uma grande influência de dinheiro. Movimenta-se muito. Dum modo geral, um funcionário não pode acompanhar, com o seu vencimento simples, a vida dos homens do comércio. Daí o recorrer com frequência a acumulações, do Estado ou não, com prejuízo para a função principal. Além disso por vezes essas acumulações tornam o funcionário de certo modo dependente de particulares. Mesmo nas profissões liberais é difícil encontrar um elemento inteiramente independente capaz de emitir opinião ou prestar colaboração ao Governo da Província com absoluta isenção.

522 – Notas de aparente demissão

O metropolitano que desembarca pela primeira vez em Macau tem a sensação desagradável de ser estrangeiro. A meu ver este facto explica-se pelo seguinte:

1º - Fraca divulgação da língua

Nenhum condutor de táxi fala português (só chinês e inglês). No comércio, no cinema, na rua, o português é excepção. Dos 50.000 estudantes de Macau,

apenas uma reduzida minoria aprende o português. Das muitas escolas de ensino secundário apenas o Liceu – com menos de 200 alunos -, a Escola Comercial e o Colégio D. Bosco leccionam em português; as restantes leccionam em chinês ou inglês.

2º - Deficiente funcionamento dos serviços de informação

Em Macau não há uma vitrina ou montra de propaganda nacional. Há, sim, várias da China comunista.

Assim os grandes acontecimentos nacionais passam ali quase despercebidos. Não se expôs uma fotografia da Ponte Salazar, não se apresentou uma referência ao comportamento da equipa nacional de futebol no último campeonato do Mundo. Compreendo que não convirá ali tratar temas da guerra de África, mas há muitos outros aspectos de afirmação de portuguesismo que, a meu ver, não podem ficar calados em parte nenhuma do mundo português, muito menos ali onde se processa uma propaganda activa do país vizinho. O desporto fornece quase sempre o motivo; pois, do nosso lado, aconteceu até que a Emissora Oficial de Macau não fez a retransmissão de nenhum jogo do referido campeonato do Mundo, vendo-se assim o numeroso grupo de interessados obrigado a juntar-se nos locais de rádio receptores mais potentes: Serviços Meteorológicos, PSP, Quartel-General.

Este hábito de carência de informação veio a mostrar os seus efeitos nocivos nos dias dos incidentes.

3º - O Património Histórico

O desenvolvimento económico que em Macau se está notando não foi acompanhado de igual incremento na actividade espiritual. E como, a meu ver, neste campo devemos manter uma presença firme e activa – já que o comércio não pode deixar de se chinês na maior parte – na medida em que não acompanharmos com ele o crescimento do comércio e da indústria, ficamos nós, portugueses, mais diminuídos.

Por isso faz pena verificar que a Fortaleza do Monte, as Ruínas de S. Paulo (ainda ruínas), a Guia, etc., não tenham o relevo que deveriam ter como património e testemunho histórico. Tratou-se recentemente da sua iluminação para os dias festivos mas os acessos e o nível de dignidade ambiental deixam muito a desejar.

O Instituto Luís de Camões sobrevive graças aos esforços generosos de alguns, especialmente do Bibliotecário na organização do respectivo Boletim, mas não tem nem a actividade nem a projecção que se requer.

523 – O suborno

É difícil abordar este aspecto, porque se não pode passar do subjectivo. Mas, sem provas embora, é frequente falar-se ou suspeitar-se disso. A ânsia de ter mais para gastar mais, explica o que é tomado como certo.

O chinês, simultaneamente provocador e vítima do suborno, não denuncia mas também não esquece. E quando se abre a válvula exerce a sua vingança.

Alguns quiseram ver nisso a explicação para os objectivos visados pelos distúrbios.

53 – Aspecto político

Muitos estrangeiros que diariamente vão a Macau ficam surpreendidos e manifestam de várias maneiras o seu espanto por aquele oásis, num Oriente tão estranho, e para mais incrustado geograficamente e misturado populacionalmente no grande "terror chinês". É um facto que – embora ideologicamente muito afastados e noutras paragens em choque mesmo – ali em Macau se praticava e pratica uma coexistência pacífica sem par. Julgo que isso é também muito consequência do nítido interesse que a China tem em conservar-se Macau português. Suponho no entanto que mesmo que estejamos por favor, como por vezes alguns insinuam, só há vantagens para ambas as partes manter-se o princípio do respeito mútuo.

No pé de interesses em que a questão se situa a nenhuma das partes convém o amesquinamento da outra. A subserviência hipotética da nossa parte despessoalizaria a província e, conseqüentemente, prejudicaria o equilíbrio.

Posta assim a questão parece ser lógico o mútuo interesse numa ligação válida – ainda que, no momento actual, compreensivelmente indirecta – entre Macau e Pequim ou, no mínimo, entre Macau e Cantão.

Ho Yin, o elo actual, é chinês e comerciante. Não tem formação. Habitou-se a sentir no dinheiro a mola real de tudo. Interessa-lhe pessoalmente um Macau português, mas não compreende os motivos profundos da nossa presença e, provavelmente, se os entendesse repudiava-os. As suas afirmações não podem merecer crédito porque não é o homem sério em quem possa confiar-se, e à sua volta não se vê ninguém que possa dar garantias. Roque Choi, que é português e o seu mais directo colaborador e intérprete oficial, é um adulator e, do mesmo modo que ele, um sedento de dinheiro.

Essa ligação válida, efectiva e digna faltou agora. Tiveram que percorrer-se caminhos extensíssimos para auscultar a opinião dum governo que apenas teve

conhecimento do que se passara através duma imprensa suspeita e cheia de falsidades.

6 – CONCLUSÕES

1 – A questão da ilha da Taipa foi apenas pretexto para o desencadeamento duma luta de hegemonia dentro da massa comunista de Macau.

2 – A mentalização das massas, processada numa semi-clandestinidade, e apoiada por uma imprensa hostil à administração portuguesa, e de campo livre, levou a exorbitâncias imprevistas. A China comunista manteve-se na expectativa, por muito tempo, dando por fim, como não podia deixar de ser, apoio moral aos seus correligionários, mas beneficiou-os com o reforço da guarnição de fronteira.

3 – Embora os comunistas tenham querido fazer ver que não foram causadores dos desmandos, alegando até que durante os distúrbios fizeram tentativas de apaziguamento, eles – e não os indonésios e os teddy-boys – foram os mentores e os organizadores da agitação e os que dela procuraram tirar proveito.

4 – Depois de uma tomada de posição de firmeza na Taipa no dia 15 de Novembro, a transigência que se seguiu e a demora na solução definitiva do incidente foram perniciosas na medida em que deram azo ao crescente de subversão.

5 – A falta duma informação válida e oportuna gerou um estado de dúvida dum lado, e do outro a quase certeza de que as mentiras propaladas eram, como os agitadores pretendiam, verdades de gravidade.

6 – O amolecimento nas afirmações de portuguesismo e a falta de uniformidade na imposição das disposições legais, numa aparência de demissão que de facto não é nem propositada nem desejada, deu aço a menos respeito pela nossa autoridade e não só fornece ao agitador temas de subversão mas até consente a sua actividade perniciosa.

7 – As exigências de punição de certas autoridades estão na linha de hábitos dos chineses e constituem facto repetido na história de Macau.

8 – A entrega dos guerrilheiros pode levantar problemas futuros. Tudo depende da reacção do meio nacionalista.

9 – A representação da comunidade chinesa no governo de Macau entrou em crise. As ligações de relação com o governo vizinho são precárias.

10 – A Administração portuguesa se, por um lado, a espaços, manteve firmeza e determinação, no conjunto não saiu prestigiada e é natural que se torne difícil para um Governador acabado de chegar e que logo teve de tomar decisões graves de última hora sobre um problema complicadamente arrastado e de tão larga projecção.

11 – Apesar da gravidade de alguns momentos nem o pessoal da PSP – na sua maioria de origem chinesa – nem os voluntários deram qualquer nota de receio ou tentativa de deserção. Foram corajosos e, sobretudo, disciplinados mesmo perante os agravos por que passaram.

Apraz-me registar que se pode contar com a sua fidelidade.

Merece também uma referência o bom comportamento da população portuguesa de Macau que, embora alvo de boatos assustadores e sem informação esclarecedora, se manteve dum modo geral com firmeza e confiança – como que já calejada de situações semelhantes.

Entregue em Lisboa

A Sua Excelência o Ministro do Ultramar

Em 3 de Janeiro de 1967

António Vaz Antunes

Major Infª